

# **EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA “RATIONE LOCI” À LUZ DO ART. 651 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

Pedro Aurélio Garcia de Sá <sup>1</sup>

## **RESUMO**

O escopo do presente artigo é fazer uma interpretação teleológica do artigo 651 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo como norte os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, como Estado social e democrático de direito, bem como a função inerente do magistrado trabalhista na interpretação e a aplicação da legislação em face do litígio exteriorizado na reclamação laboral.

---

<sup>1</sup> Pedro Aurélio Garcia de Sá é Advogado. Especialista em Direito Empresarial pela UFPB. Pós-graduando em Direito Material e Processual do Trabalho pela ESMAT da 13ª Região

**PALAVRAS-CHAVE:** Art. 651 da CLT – Princípios Fundamentais – Interpretação Teleológica – Exceção de Incompetência em Razão do Lugar.

## 1 INTRODUÇÃO

A jurisdição e a competência são temas clássicos da Teoria Geral do Processo.

Para Chiovenda, (1969, p. 3) “a jurisdição é função do Estado que tem por escopo a atuação da vontade concreta da lei por meio da substituição, pela atividade dos órgãos públicos, já no afirmar a existência da vontade da lei, já no torná-la, praticamente, efetiva”<sup>2</sup>.

Carnelutti, por sua vez, manifesta-se contrariamente ao entendimento de Chiovenda, afirmando que a lei regula toda situação “*in concreto*”, defendendo, assim, que a jurisdição tem por finalidade a justa composição da lide.

As posições de Chiovenda e Carnelutti são antagônicas. O nosso ordenamento jurídico optou pela

---

<sup>2</sup> Chiovenda, Giuseppe. Instituições de Direito Processual Civil, trad. bras. de J. Guimarães Menegale, São Paulo, Saraiva, 3ª ed., 1969, Vol. II, p.3

primeira posição, considerando a função jurisdicional como aquela em que o Estado aplica a vontade concreta do direito objetivo, garantindo que as normas materiais efetivamente produzam os efeitos por ela preconizados.

A competência, seria, na definição mais popularizada, a medida da jurisdição. Seria, pois, um critério para racionalização e distribuição dos serviços.

Segundo Câmara<sup>3</sup>, “a competência é o conjunto de limites, dentro dos quais cada órgão do Poder Judiciário pode exercer legitimamente a função jurisdicional”.

Como critérios adotados pelo direito objetivo, para fixação da competência interna, têm-se os critérios: objetivo, funcional e territorial.

O critério objetivo determina a competência em razão do valor da causa ou da sua natureza (matéria).

O critério funcional tem sua competência determinada pela função que o órgão jurisdicional deve exercer no processo.

Por fim, o critério territorial, em que a distribuição da competência se faz em razão de aspectos ligados, exclusivamente, à posição geográfica, pretendendo-se, com

---

<sup>3</sup> Câmara, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual, Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005. v. I, pág. 95

este critério, aproximar o Estado-juiz dos fatos ligados à pretensão manifestada pelo autor.

O presente artigo se destina a uma análise detida da competência fixada pelo critério territorial, mais especificamente, do artigo 651 da Consolidação das Leis do Trabalho.

## **2 INTERPRETANDO O ART. 651 DA CLT**

Diz o artigo 651, da Consolidação das Leis do Trabalho (2006, p. 96):

A competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

§ 1º - Quando for parte de dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Vara da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Vara da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima.

§ 2º - A competência das Varas do Trabalho, estabelecida neste artigo, estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja

brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário.

§ 3º - Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.

A função principal do Direito Laboral e que lhe dá sentido em existir é o seu eminente caráter protetivo. O disposto no art. 651 da CLT não fugiu à regra geral de proteção. Ao estabelecer que a reclamação deve ser proposta na localidade onde o empregado prestou serviço, fê-lo em benefício do trabalhador, entendendo que no último local da prestação de serviço o mesmo teria mais facilidade para realizar as provas do seu direito. Entretanto, se o empregado entender que juízo diverso daquele atenderá melhor aos seus interesses, facilitando a defesa de seu direito, nada impedirá que lá demande em face de seu empregador, pois, se a regra do artigo em comento é favorecer o obreiro, não deve ser aplicada quando lhe for prejudicial.

Ocorre que, comumente, observa-se, no cotidiano forense, o empregado ajuizando ações trabalhistas em localidade distinta daquela em que laborou e os juízes acolhendo as exceções de incompetência em razão do lugar apresentadas pelos antigos empregadores. Porém, não se pode perder de vista que, comum e principalmente, na região rural,

muitos trabalhadores saem de seus domicílios para prestar serviços em localidades distantes do mesmo e, ao serem dispensados, não têm outra alternativa senão retornarem à sua terra de origem, muitas vezes sem nada receber.

Assim sendo, restará vulnerado o princípio constitucional da isonomia, emergindo situações de total desequilíbrio entre as partes se o trabalhador for obrigado a demandar seu empregador na localidade da prestação de serviços, pois estará restringindo o acesso ao Poder Judiciário, indo na contramão do Direito, que garante aos que a procuram facilitar o acesso da prestação jurisdicional, além de criar uma situação de total desigualdade, visto que se tornará oneroso e dificultoso ao trabalhador litigar em localidade distante de sua residência, aumentando ainda mais a disparidade entre capital e trabalho.

Caso não seja desta forma a interpretação do art. 651 da CLT, negar-se-á ao empregado, hipossuficiente na relação de emprego, o princípio constitucional do amplo acesso à justiça, exigindo que o mesmo demande seu empregador no local da prestação de serviço, o que inviabilizaria a obtenção da prestação jurisdicional:

porquanto não será difícil de imaginar que dentre os obstáculos mais frequentes, senão o mais grave, de inibição do direito

fundamental de acesso à justiça, é o de ordem econômica, que afasta impiedosamente os desvalidos da fortuna de acesso à ordem jurídica justa, privando-os, conseqüentemente, de verem reparadas ou evitadas as lesões contra si consumadas ou ameaçadas <sup>4</sup>.

Devemos extrair do art. 651 um entendimento que busque dar-lhe maior efetividade, pois "o Direito deve ser interpretado inteligentemente, não de modo a que a ordem legal envolva um absurdo, prescreva inconveniências, vá ter a conclusões inconsistentes ou impossíveis"<sup>5</sup>.

Interpretar é escolher, dentre os objetivos que o texto legal possa apresentar, o justo e conveniente.

Se o objetivo do art. 651 é facilitar a produção de provas pelo empregado, este tem a faculdade de eleger outro juízo que não o do local da prestação de serviços para dirimir sua demanda, se entender que dessa forma seu direito será melhor protegido e resguardado.

Não se pode interpretar o art. 651 celetista, isoladamente, sem considerar o disposto no art. 5º, XXXV, da CF/88, que facilita o acesso à justiça, possibilitando a todos

---

<sup>4</sup> Pinto, Robson Flores. **Hipossuficientes:** assistência jurídica na Constituição, São Paulo: LTr, 1997. p. 28.

<sup>5</sup> Maximiliano, Carlos. **Interpretação e aplicação do Direito**, 2ª ed., São Paulo: Ed. Globo, 1933. p. 183.

postular tutela jurisdicional preventiva ou reparatória relativamente a um direito. Desta forma, toda e qualquer lei que dificulte à parte exercer seu direito de acesso à justiça, atenta contra o direito de ação e por isso deve ser rechaçada.

Este é o caso do art. 651 da CLT que, se interpretado de forma restritiva, constituirá grande empecilho ao trabalhador. Portanto, não pode o sistema jurídico dizer e desdizer ao mesmo tempo, ou seja, facilitar o acesso à justiça e, simultaneamente, restringi-lo. Nesse sentido, o *caput* do art. 651 da CLT, tem de ser interpretado à sombra da referida norma constitucional.

Tendo o reclamante demandado em local diverso daquele da prestação de serviço, o risco de conseguir ou não provar o direito alegado é todo seu. Desta forma, não há razão para que o juízo trabalhista dê-se por incompetente, ante a apresentação de exceção por parte do empregador, porque esta decisão vulnera o sentido teleológico do art. 651 da CLT, além de criar uma situação que deixa o reclamante hipossuficiente impedido de obter a prestação jurisdicional do Estado.

Em vista da diferença de capacidade econômica existente entre o trabalhador e o empregador, não basta simplesmente à norma assegurar a igualdade formal entre ambos. Tem que garantir, na prática, a concreção de seus direitos. E isso é possível extraindo-se do art. 651 da CLT uma



interpretação que dê ao trabalhador privilégio de foro e assim maior segurança e proteção à parte mais fraca como, aliás, é uma garantia constitucional em um "Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social"<sup>6</sup>.

O não acolhimento da Exceção de Incompetência “Ratione Loci” intentada pelo empregador em Reclamação Trabalhista pelo magistrado, far-se-á cumprir o real sentido de existir da Justiça do Trabalho, que é proteger o mais fraco, evitando com isso maltrato ao princípio constitucional da isonomia e, com isso, concretizando a igualdade social, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, segue ementa de acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, publicada na Revista LTR de maio de 2004 (vol. 68, n.5, p. 632-6):

Apresentando a situação fática peculiaridades regionais, no que tange aos locais da contratação e do exercício laboral, deve o Juízo, atendendo ao princípio da proteção do hipossuficiente, quando vislumbrar que da aplicação do **caput** do art. 651 da CLT decorrerá verdadeira negativa de prestação jurisdicional, adotar a interpretação

---

<sup>6</sup> Moraes, Alexandre de. **Direito Constitucional**, 10 ed., São Paulo: Atlas, 2001, p. 199

teleológica da norma legal, reconhecendo, em favor do Obreiro, a faculdade prevista no § 3º do mesmo artigo, a fim de proporcionar-lhe melhores condições probatórias e de acessibilidade econômico/geográfica ao exercício do direito de ação, perante o órgão da Justiça do Trabalho ( T RT 14ª Região RO 00439.2003.091.14.00-9 – Ac. 525/2003, 9.9.03, Rel. Juiz Osmar J. Barneze)” (g. n.) (fl. 26).

Cabe salientar que o papel do julgador vai muito além do que a simples aplicação do texto legal ao caso posto sob Juízo. Acontece que antes mesmo de aplicar o comando normativo ao caso concreto, cumpre ao julgador definir qual espécie normativa será apta e eficaz para a melhor entrega da prestação jurisdicional às partes.

Nesse sentido, é que muitas das vezes o Magistrado tem que fazer uso dos meios e/ou métodos interpretativos a fim de que possa dar a melhor solução para o litígio, ou seja, terá que constatar a verdadeira intencionalidade objetivada pelo Legislador que criou a espécie normativa.

A fim de evitar injustiças, o Legislador pretendeu reforçar o empregado de mecanismos técnico-jurídicos para que, diante da Lei, ficasse equiparado ao seu empregador. Dessa forma, quando o Legislador pretendeu estabelecer qual o foro competente para apreciação e julgamento das lides trabalhistas, não quis favorecer o empregador, mas, ao contrário, buscou proteger os interesses do trabalhador, que, de

fato, teria maiores dificuldades na produção das provas. Isso é o que se extrai de uma interpretação teleológica, cuja aplicação se faz imprescindível na análise de um caso concreto.

Sendo assim, não se pode permitir que a forma pela qual o Legislador voltou-se à proteção do trabalhador sirva também de instrumento para dificultar-lhe a entrega da prestação jurisdicional.

De fato, a aplicação do texto frio da Lei não beneficiaria em nada o empregado, muito ao contrário, lhe seria um instrumento indiscutivelmente prejudicial e de força impeditiva ao acesso ao judiciário, uma vez que a busca da prestação jurisdicional seria prejudicada com o acatamento da exceção de incompetência territorial, constituindo um enorme obstáculo ao trabalhador, quando a distância entre a cidade da prestação dos serviços é bem mais distante do que a Vara do Trabalho do seu domicílio.

Segundo a orientação da SDI-2, deve-se privilegiar o acesso mais fácil do trabalhador à justiça, devendo ser esta a interpretação extraída do dispositivo da CLT que faculta ao empregado ajuizar ação na localidade onde celebrou contrato de trabalho ou onde prestou serviços. De acordo com o Ministro Emmanoel Pereira, “diferentemente da lei processual comum, que adota como regra geral de competência a do foro

do domicílio do réu, no processo trabalhista a norma geral de competência está expressa na CLT”, e continua explicando que a norma legal “buscou atender interesse do economicamente mais frágil para demandar com maior comodidade e conveniência”. Na legislação trabalhista, afirmou, o trabalhador pode buscar o juízo da localidade mais acessível para realizar a prova de suas pretensões. “Trata-se de critério que se inscreve entre as normas protetivas ao empregado, princípio basilar do Direito do Trabalho”<sup>7</sup>.

O Direito do Trabalho é um direito eminentemente protetivo ao empregado, em razão da presumida hipossuficiência do mesmo. Assim é que o legislador, ao estabelecer que o local da prestação dos serviços é o que firma a competência em razão do lugar para a interposição da demanda trabalhista, certamente o fez em benefício do trabalhador, presumindo que, desta forma, seria facilitado o seu acesso à justiça. Por outro lado, a Constituição Federal assegura, no art. 5º, inciso XXXV, a todo cidadão o direito de acesso à justiça.

---

<sup>7</sup> TST-CC-144.376/2004-000-00-00.2, DJ - 03/03/2006 – Ministro Relator Juiz Emmanoel Pereira. - [http://ext02.tst.gov.br/pls/no01/no\\_noticias.Exibe\\_Noticia?p\\_cod\\_noticia=6208&p\\_cod\\_area\\_noticia=ASCS](http://ext02.tst.gov.br/pls/no01/no_noticias.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=6208&p_cod_area_noticia=ASCS)

Ora, a garantia do acesso à justiça cinge-se a duas finalidades básicas: a garantia de que as pessoas podem reivindicar os seus direitos, sob os auspícios do Estado e de que possam alcançar os resultados justos.

Desta forma, não se pode restringir o direito de ação, seja vedando ou restringindo aos cidadãos os meios hábeis para chegar-se às barras dos Tribunais.

Some-se que a Constituição, além de garantir a todos o acesso à Justiça, tem, ainda, como princípios fundamentais – cláusulas pétreas, “a dignidade da pessoa humana” e “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”, consubstanciados no art. 2º, incisos II e III.

Também a Carta Magna, no seu preâmbulo estabelece o Estado Democrático de Direito a que estamos submetidos a partir da sua promulgação, em 05 de outubro de 1988, de modo a “assegurar o exercício dos direitos individuais e sociais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça com valores supremos de uma sociedade fraterna...”(BRASIL. 2000)

Assim, garantir a democracia é garantir os direitos a ela inerentes. É garantir o agir, é a certeza de que nenhum pleito ficará sem resposta. Por esta ótica, Não se pode interpretar o art. 651, CLT de forma gramatical e sem

confrontá-lo com as normas constitucionais acima mencionadas.

Cumpre esclarecer, ainda, que os princípios insertos nos textos legais, de forma implícita ou explícita não poderão ser simplesmente ignorados, sabendo-se que estes, a par das regras positivadas, são espécies da qual a norma jurídica é gênero.

Os princípios fundamentam as leis. Seria um contra-senso ignorá-los ou mesmo traçar rota contrária aos mesmos. Ao contrário, deverá o intérprete guiar-se por eles, já que estes possuem uma carga ética a ser observada, esteja ou não prevista na lei.

Assim é que os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que são princípios implícitos na Carta Constitucional de 1988 não poderão ser ignorados ou mesmo relegados ao esquecimento, pois que fundamentais ao Estado de Direito e inerentes ao devido processo legal.

O princípio da razoabilidade, embora não definido autonomamente, tem sua origem e desenvolvimento ligados à garantia do devido processo legal. Trata-se, na verdade, de uma permissão ao Judiciário para, diante do caso concreto, aferir sobre a justeza das normas positivadas dentro do quadro de valores explícitos ou implícitos da Constituição. Este

princípio é de enorme abrangência e poder, pois deve conformar todos os atos normativos.

Por sua vez, o princípio da proporcionalidade apresenta-se como meio hábil ao concreto sopesamento de valores, a fim de encontrar a melhor solução para cada conflito. Sob tal ótica, o princípio da proporcionalidade representa a exata medida em que deve agir o Estado, em suas funções específicas, de modo a construir-se o Direito pela utilização da norma positiva de forma coerente e voltada para o interesse público, dentro da real noção de justiça.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após esta análise hermenêutica do artigo 651 da Consolidação das Leis do Trabalho à luz da nossa Constituição Federal de 1988, jamais poderemos considerar as normas de competência dispostas no artigo celetista em escopo de forma rígida e imutável, sob pena de afronta ao texto constitucional, na medida em que, deslocar a competência para o local da prestação dos serviços, muitas vezes pode ser sinônimo de negar ao trabalhador o seu acesso à justiça, em especial aos mais carentes.

Para finalizar, transcrevo lição do mestre Alvim <sup>8</sup> nesse sentido:

O acesso só é possível com juízes vocacionados (ou predestinados) a fazer justiça em todas as instâncias, com sensibilidade e consciência de que o processo também possui o seu lado perverso que precisa ser dominado, para que não faça, além do necessário, mal à alma do jurisdicionado.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, J.E.Carreira. **Justiça**: acesso e descesso. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4078>

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 33 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Constituição 1988**, de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

---

<sup>8</sup> Alvim, J. E. Carreira. **Justiça**: acesso e descesso, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4078>



CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1969, v. 2.

MAXIMILIANO, Carlos. **Interpretação e aplicação do direito**. 2 ed. São Paulo: Globo, 1933.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**, 10 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PINTO, Robson Flores. **Hipossuficientes**: assistência jurídica na Constituição. São Paulo: LTr, 1997.

# ACÓRDÃOS